EXPRESSÕES DA NOVA DIREITA NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Laís Vieira Pinelli[1]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar algumas expressões da Nova Direita na Política Educacional Brasileira. A Nova Direita é compreendida nesse artigo como junção entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo e, entre seus efeitos, desencadeia um projeto educacional antidemocrático. No campo da educação, a influência de políticas neodireitista rejeita ou minimiza a prática democrática como um dos alicerces da educação brasileira e reduz o sentido da educação e da escola. Realizou-se então um exercício, ainda preliminar, de analisar essas expressões por meio de três caminhos que se relacionam: o controle de conteúdo, o controle da qualidade educacional e ressignificação da escola, e o discurso da meritocracia e moralização do fracasso escolar.

Palavras-chave: Política Educacional; Nova Direita; Política Social.

This article analyzes some expressions of the New Right in the Brazilian Educational Policy. The New Right is a junction between neoliberalism and neoconservatism and, among its effects, it triggers a project for an anti-democratic society. In the field of education, the influence of neo-rightist policies rejects or minimizes democratic practice as one of the foundations of Brazilian education and reduces the meaning of education and school. We analyze then these expressions through three ways that are related: content control, control of educational quality and school reframing, and the discourse of meritocracy and moralization of school failure.

Keywords: Educational politics; New Right; Social Policy

1 INTRODUÇÃO

A política educacional brasileira é produto das transformações sócio históricas e objeto de análise privilegiado para identificar perspectivas e projetos teóricos e ideológico sobre a sociedade e o mundo. Entendemos ainda que ideologias tem efeitos para além do campo das ideias, afetando objetivamente a realidade, mesmo

[1] Assistente Social e Mestre em Política Social, atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília e bolsista CAPES. Email: pinelli.lais@gmail.com

com o falseamento da realidade. A Nova Direita se caracteriza como uma ideologia, que reflete interpretações do mundo, teorias e métodos que tem se concretizado por meio de ações, projetos e discursos que afetam direta e indiretamente a sociedade brasileira como um todo. Assumindo esses pressupostos, temos como objetivo analisar como a Nova Direita tem influenciado na política educacional brasileira e se concretizado por meio de projetos, movimentos e discursos de caráter antidemocrático. Usaremos como método de análise da realidade o materialismo histórico dialético e como metodologia de pesquisa revisão bibliográfica. Este artigo é resultado de discussões e leituras feitas afim de subsidiar teoricamente uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Política Social na Universidade de Brasília e que compõe um projeto de pesquisa maior intitulado “Três Décadas de Propostas Político-Pedagógicas Restauradoras no Brasil (1990-2020)” desenvolvida pelo grupo de pesquisa TEDis (Trabalho, Educação e Discriminação).

A Nova Direita é um conceito polissêmico, sem consensos na literatura acadêmica e possui um vasto grupo de termos correlatos, entre eles neoconservadorismo, extrema-direita e restauração conservadora. Tem sido tema discutido nos últimos anos em consequência da ascensão de movimentos da extrema-direita no mundo e por ter alcançado governos na América Latina, América do Norte e Europa. Exemplo disso é a influência do partido Vox na Espanha, o Front National na França, além da chegada ao poder de Donald Trump nos EUA e Bolsonaro no Brasil. Esses são alguns exemplos que ilustram a concretização dessa ideologia no âmbito duro da política, mas há ainda uma série de movimentos neodireitista que tem influenciado diretamente nas políticas sociais e formação da opinião pública, seja nas mídias, nas escolas e nas famílias.

No contexto brasileiro não é possível analisar esse fenômeno sem considerar as recentes transformações a partir do Golpe de 2016, quando a então presidente, Dilma Rousseff, foi impeachmada em consequência de um conjunto de fatores, entre eles, a perda da sua base eleitoral, a continuada crise econômica, o populismo judiciário e a ascensão de figuras carismáticas alinhadas com valores familiares, cristão e rejeição de pautas progressistas, conquistando assim grande parte da

população sem pertencimento político (SOLANO, 2018). Após esse período, uma série de reformas aconteceram como a Lei de Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista e Previdenciária, e no campo educacional podemos citar a Reforma do Ensino Médio e a ascensão de projetos como o Ensino Domiciliar, Movimento Escola Sem Partido, a Militarização das Escolas Pública e continuidade da Ideologia de Gênero.

Entretanto, apesar de se observar um recente recrudescimento, a Nova Direita não é um fenômeno exclusivo dos dias de hoje. Se a entendemos como junção do Neoliberalismo e do Neoconservadorismo, seja como uma aliança, seja como uma amálgama, sua trajetória acompanha o desenvolvimento dessas duas ideologias. Sendo assim é necessário retomar aos anos de 1930 e 1940, período onde surge seus primeiros pensadores, obras e eventos de referência; considerar que ela toma contorno políticos objetivos na década de 1970 e vem caminhando com facilidade até os dias de hoje se adequando às novas conjunturas.

Como citado anteriormente, a Nova Direita é um termo em discursão, há quem entenda sua particularidade no fortalecimento do Neoconservadorismo, outros a associam ao fortalecimento do neofascismo ou como reação às crises cíclicas do capital, inclusive identificando seus discursos como caraterística permanente da história do Brasil. Neste artigo, entende-se que a Nova Direita é um movimento com caraterísticas próprias, que se direciona como reação tanto das pautas progressistas quanto das crises econômicas, e que é produto de mutações e adequações do pensamento neoliberal e neoconservador, afinando-se com mais efetividade em determinados períodos históricos, aqueles que compreendo onde houve uma crise da hegemonia política.

Tal compreensão não elimina os desafios teórico-metodológicos na definição de Nova Direita principalmente ao se tratar das divergências entre fundamentos históricos, teóricos e filosóficos do pensamento neoliberal e neoconservador. É importante nos recordar que o conservadorismo clássico surge como uma reação do pensamento iluminista e liberal após Revolução Francesa e que o surgimento do neoconservadorismo é resultado de um série de decepções tanto com o pensamento liberal, quanto socialista, postulando-se como uma espécie de “terceira via”. Há

também que citar suas divergência no que tange aos direitos individuais, especialmente no que tange as pautas progressistas – liberais, em tese, defendem a não interferência do estado no que tange às escolhas individuais, seja de caráter religioso, familiar ou político, e os neoconservadores negam qualquer direito individual que vá em desencontro com os valores tradicionais.

Sendo assim, quais foram os elementos convergentes que permitiram a construção da Nova Direita? Para responder essa questão é interessante delimitar as características dessas duas vertentes e partir de seus elementos compreender a Nova Direita como um movimento que intensifica práticas antidemocráticas e, como resultado, ameaça às poucas conquistas progressistas alcançadas nas últimas duas décadas no Brasil.

2 NOVA DIREITA: CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

As bases teóricas-ideológicas do neoliberalismo têm início nos anos de 1940 com o lançamento do livro “O Caminho da Servidão” de Hayek. Nesta obra, o autor austríaco defende o livre-mercado como instrumento central para a regulação da sociedade e a necessidade de limitação da intervenção do Estado em âmbitos específicos. O neoliberalismo, entretanto, irá sofrer adequações às conjunturas econômicas-sociais, sendo sua relação com Estado contrabalanceado de acordo com as necessidades para a manutenção da acumulação capitalista. É importante mencionar que desde o liberalismo clássico, há uma série de movimentações teóricas-ideológicas do pensamento liberal, entre elas podemos citar o liberalismo regulado Keynesiano, o ordoliberalismo na Alemanha pós-guerra e, em especifico a América Latina, é importante mencionar as reformas neoliberais com base no Consenso de Washington a partir da década de 1990, que foram impulsionada por uma suposta ineficiência de um Estado “inchado” na ofertar serviços públicos (MELO, 2006).

No contexto brasileiro, o neoliberalismo associar-se com políticas de ajuste fiscal em áreas sociais, privatizações de grandes estatais, aumento dos juros e alterações no funcionamento do aparelho do Estado tanto pela transferência da

execução de serviços sociais para as mãos de particulares e empresas privada, quanto a implementação do gerencialismo no setor público. Paralelo a essas políticas há um movimento de precarização e flexibilização das relações de trabalho, contrarreformas como a trabalhista e a previdenciária e apropriação do fundo público. Essa "neoliberalização" da economia fortaleceu-se nos anos 1990 especialmente nos governos Collor e FHC, mas teve continuidade ao longo dos governos de Lula e Dilma, mesmo que numa ótica neodesenvolvimentista, ou seja, associando políticas econômicas neoliberais com oferta de políticas públicas de consumo (KATZ, 2016)

O neoconservadorismo tem suas raízes datada nos anos 1930 quando seus principais representantes americanos se apresentam como "terceira via" após desilusão tanto pela esquerda intelectual, quanto pelo liberalismo democrático. Com base no ceticismo do poder do estado em resolver os problemas sociais, os neoconservadores não creem em transformações significativas por meio de ações deliberadas. Junto a essa perspectiva defendem que a tradição, o hábito e a experiência são os principais parâmetros na formulação de ações e valores, sendo então o livre-mercado, a religião cristã e a família as instituições centrais na construção de uma sociedade. Isso significa negação de políticas públicas e da intervenção do Estado nesses setores, além da naturalização da desigualdade social. Nos anos 1960 e 1970 os neoconservadores americanos se posicionaram contrários a revolução cultural e defendiam a "democracia ocidental", resultando em um patriotismo exacerbado, e assumindo no contexto de Guerra Fria a cultura norte americana como um patrimônio da humanidade.

Feitas essas apresentações iniciais, ainda fica o desafio de identificar a racionalidade que une essas duas vertentes políticas-ideológicas. Entre os pontos centrais de convergência inclui a construção de um inimigo externo em comum, exemplificado na figura do comunista/socialista e ou estrangeiro e/ou não-branco; e a negação do Estado de Bem-Estar Social, compreendendo que as políticas de proteção social universais atrapalham o desenvolvimento político e moral da sociedade – é interessante mencionar que a Nova Direita não nega completamente as políticas sociais, mas defendam que elas devem ser focalizadas e com contrapartida. Tal perspectiva, no entanto, não elimina o Estado forte em

determinados setores, como na garantia da propriedade, da liberdade negativa e na segurança, visando assim a proteção da nação e da família. Como tratado por Melo (2006), ao recuperar Hayek, observa-se que as bases do neoliberalismo não se trata da eliminação do Estado, mas um Estado pautado na competitividade e na garantia da liberdade negativa.

Hayek inclusive nos indica uma discussão central para definir uma mesma racionalidade entre neoliberalismo e o neoconservadorismo. Apontando a tradição como elemento central para alcance da verdadeira liberdade (negativa), o autor localiza o livre mercado, a propriedade privada e a tradição cristã como entidades quase ontológicas, limitando a presença do Estado à preservação desses valores. Em síntese, conseguimos identificar valores caros tanto para neoliberais quanto neoconservadores, quando se defende o papel do Estado associado a lógica da família-tradicional, da propriedade privada, e da liberdade individual e sua expansão a outros setores da sociedade, incluindo as políticas educacionais. E desta forma, significa também a negação de qualquer política de diversidade, do pensamento crítico, ou de construção de uma nova sociabilidade, questões que permeiam a discussão entorno de expressões da Nova direita na política educacional brasileira como Ideologia de Gênero, o Movimento Escola Sem Partido e a Educação Domiciliar.

No contexto brasileiro apesar do neoliberalismo e o neoconservadorismo divergirem em alguns pontos polêmicos como a legalização das drogas e a descriminalização do aborto, há um acordo implícito no que tange às decisões políticas e construção de projetos. No âmbito do legislativo agentes políticos alinhados com pensamento neoliberal e neoconservador, há a votação conjunta em projetos antidemocráticos como a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a Lei do Piso de Gastos. Exemplo dessa aliança está a força legislativa denominada pejorativamente de 'bancada BBB' (“ruralistas” do Boi, “armamentistas” da Bala e “evangélica” da Bíblia). Esta mesma banca constituiu, em 2016, a frente de ataque à presidenta Dilma Rousseff, exercendo papel decisivo no golpe jurídico-parlamentar.

Esse período especifico da política brasileira nos traz alguns indicativos das razões pelo qual há um recrudescimento da Nova Direita nos últimos anos. Apesar de não existir um consenso na literatura acadêmica, até pelos desafios da proximidade

temporal, algumas hipóteses levantadas neste trabalho é de que a Nova Direita no Brasil se fortaleceu diante de uma crise de hegemonia aliada a uma crise econômica que se formava no país. A partir de 2014 o executivo inicia um processo de austeridade fiscal, causando enfraquecimento na sua base eleitoral que já sofria impactos desde as Jornadas de Julho de 2013. Além desses fatores, os avanços sociais conquistados ao longo do governo petista (2002-2016) resultou num aumento da inclusão social por meio do consumo e políticas de educação , provocando assim a reação de segmentos sociais específicos que fortaleciam discursos discriminatórios disfarçados por um suposto nacionalismos e populismo judiciário. Era um momento propício para levar em frente projetos educacionais de caráter neodireitista.

3 INFLUÊNCIAS DA NOVA DIREITA NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Para Yannoulas (2019) o neoconservadorismo expressa-se na política educacional através de projetos como Educação Domiciliar, Escola sem Partido, privatizações por meio de parceria públicas-privadas, Ideologia de Gênero e a militarização das escolas públicas. Autores como Hipolyto e Lima (2019) também citam a participação intensa de setores neoconservadores nas definições do PNE (Plano Nacional da Educação) e no BNCC (Base Nacional Curricular Comum). Corsette (2018) cita a influência de um “neoliberalismo de feição ultraconservadora” que na política educacional brasileira se refletiria na influência dos Reformadores Empresariais e nas Políticas de Avaliação, pautados numa perspectiva de renovação tecnicista na definição e no controle da qualidade da educação, com base na responsabilização, na meritocracia e privatização.

Feita essa introdução, podemos concluir que a Nova Direita se expressa na política educacional brasileira, tanto pelo seu viés antidemocrático – ao negar a diversidade nos currículos, nos projetos educacionais, planos nacionais e no cotidiano escolar – quanto pela negação do fim das desigualdade sociais ao se embasar na meritocracia e na liberdade negativa. Influencia também ao fomentar a cooptação do Estado para interesses privados, não só na captação de recursos públicos, mas

também ao inserir no campo das políticas públicas uma lógica-operativa gerencialista e empresarial. Nesse sentido, o Estado não se torna mínimo, mas tem seu ethos social modificado ao defender a existência de um Estado "forte" que garanta os valores cristãos, patriarcais e "ocidentais" nas escolas ou que seja permitido uma inversão de instituições, onde a igreja e a família possam ser espaço de educação formal. Recuperando esses pontos, analisamos as expressões da Nova Direita por três caminhos que se relacionam: Controle do Conteúdo, Discurso da Meritocracia e Moralização do Fracasso Escolar, e Controle da Qualidade e Ressignificação da Educação.

3.1 Controle de Conteúdo

Quando analisamos o Controle de Conteúdo compreendemos todos os movimentos e intervenções relacionadas ao que deveria ou não ser ensinado, e/ou prioritário na educação formal. Numa perspectiva neodireitista, observamos que por trás da superfície da "neutralidade" há projetos que visam recuperar "conhecimentos tradicionais", alinhados com os valores religiosos, familiares e "ocidentalizados", mas também um movimento de enxugamento dos conteúdos ao priorizar disciplinas e saberes alinhados com racionalidade neoliberal, empreendedora e empresarial. Os principais argumentos giram entorno de uma suposta ideologização no interior das escolas e universidades públicas, uma baixa qualidade educacional em comparação a outros países, e ausência de conteúdos compatíveis com as atuais transformações sociais e produtivas. Em suma, visa a limitação de conteúdos e saberes desalinhados com os valores tradicionais da família, mas também um movimento de reduzir a escola à conteúdos alinhados com os setores produtivos e do mercado[2].

[2] É interesse observar nesse tópico que entre os papeis da educação e da escola inclui a preparação para o trabalho e suas transformações. Compreendemos também os desafios e a questões que se colocam nessa discussão quando trazemos a superfícies debates como trabalho explorado, desemprego estrutural, pobreza, desigualdade social e educação como alternativa no alcance de melhores condições de vida. A questão que deve ser questionada, especialmente sobre movimentos de adequação do currículo às necessidades do mercado de trabalho, é o reducionismo da educação ao não considerarem a totalidade social e o desenvolvimento crítico dos alunos.

Na Reforma do Ensino Médio aprovada no Governo Temer primeiramente como medida provisória e posteriormente na lei 13.415, observa-se a priorização de conhecimentos mais alinhados com as necessidades do mercado de trabalho em detrimento de conhecimentos que auxiliem na construção de uma perspectiva mais crítica e mais ampla da educação.

Nesse sentido também temos o Movimento Escola Sem Partido (MESP), criado em 2004 por Miguel Nagib e que tomou maiores proporções a partir de 2015, ano que coincide com o aumento de parlamentares conservadores no planalto. O MESP, sob a justifica de uma suposta ideologização de esquerda nas escolas, tinha como pretensão restringir conteúdos ministrados em sala de aula que estivessem em desencontro com os valores da família, dando ênfase nas liberdades individuais e de aprendizagem do aluno (Penna, 2016). Entre suas estratégias está a judicialização/criminalização da prática docente, identificando o professor como um inimigo (esquerdista, comunista) a ser combatido. O MESP sofreu um grande golpe em 2020 quando STF considerou inconstitucional a lei estadual de Alagoas batizada de “Escola Livre” e inspirada no anteprojeto disponibilizado pelo MESP. Apesar de algumas interpretações possíveis ser o encerramento das pretensão do movimento, é importante considerar os impactos da opinião pública resultando em perseguição direta e indiretamente do trabalho docente, seja por meio de assédio moral, seja na reivindicação coletiva e individual que determinados conteúdos não sejam administrados em sala de aula.

É importante observar também as intensas intervenções de setores neoconservadores, especialmente da igreja neopentecostal e católica, tanto na elaboração e definição da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) quanto nos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais da Educação, especialmente no que tange à Ideologia de Gênero (CORSETTI, 2018). A Ideologia de Gênero se sustenta numa falsa premissa: a existência de um movimento, não exclusivo do campo educacional, mas também cultural, que induziria comportamentos coletivos em favor da homossexualidade e a legalização da pedofilia. Os adeptos desse termo, negam a cientificidade das pesquisas do campo feminista e de gênero e sustenta uma espécie

de “demonização” de atores que sejam favoráveis às pautas como igualdade gênero, emancipação feminina e LGBTQI+; usam uma estratégia comum entre os neodireitista, a construção de um inimigo contrário aos valores familiares e da tradição cristã. (REIS; EGEST, 2017).

Em relação ao controle de conteúdo é importante mencionar também os ataques à obrigatoriedade de estudos sobre a história e cultura afro na BNCC (Base Nacional Curricular Comum) alegando a prioridade de disciplinas mais essenciais, como português, matemática e inglês.

3.2 Discurso da Meritocracia e Moralização do Fracasso Escolar

Uma visão restrita sobre justiça no sucesso escolar está pautada numa perspectiva com base no mérito. Uma das questões centrais ao se discutir política educacional é identificar os fatores que influenciam no sucesso escolar - e consequentemente o fracasso escolar. Historicamente, muitas teses foram levantadas, as vezes responsabilizando o aluno, a família, os professores ou o sistema escolar (PATTO, 1987). Compreende-se que os fatores que levam o fracasso escolar são multideterminados e precisam ser pensados por frentes diversas, considerando a totalidade social que a escola e a comunidade escolar está inserida. Entretanto, numa perspectiva neodireitista observa-se a prevalência do mérito associado à justiça escolar, ou seja, a responsabilização recai no indivíduo, seja o aluno, a família ou o professor. Nega-se a criação de ações deliberadas para equidade social sob a justifica de reforçarem formas de discriminação e por desmotivar a competitividade e consequentemente a potencialidade do aluno, da escola e dos professores. Iniciativas de combate a descriminação e desigualdades seriam riscos para o desenvolvimento da sociedade, além de estarem associado a discursos “populista” que visam a hegemonia da esquerda. As estratégias de enfrentamento do fracasso escolar teriam foco na família e no aluno, ou mecanismos que estimulassem a competitividade entre professores e escolas, e/ou numa perspectiva de políticas públicas restritas à ações pontuais e focalizadas.

Analisando as políticas educacionais identificamos algumas questões associadas a compreensão de mérito, como a negação de ações afirmativas e políticas de inclusão social, incluindo cotas raciais e sociais. A exigência de contrapartida escolar vinculada a programas de assistência social e assistência estudantil – mecanismo necessários para a permanência escolar de milhares de alunos pobres – é reflexo de uma política de criminalização e moralização da pobreza. Ainda nesse sentido vemos a militarização das escolas públicas como única alternativa para escolas mais pobres com base em um discurso de disciplinamento dos corpos pobres, negros e periféricos (PINELLI, 2020). Nesse sentido ressaltamos como no pensamento neodireitista reforça-se um Estado não intervencionista em algumas questões, e forte em outras, como é no caso do controle pela força ou pela moralização dos mais vulneráveis economicamente.

3.3 Controle de Qualidade e Redefinição do Papel da Escola

De acordo com Paro (2007) a definição do papel social da escola permeia debates mais amplos como a qualidade educacional e os objetivos a serem alcançados. Desta forma, definir o que é uma boa escola, um bom currículo, uma boa equipe docente e de gestão, está diretamente relacionada com o papel da educação na sociedade. Numa perspectiva neodireitista observa-se que o papel da escola é reduzida a um mero transmissor de conteúdos pragmáticos com o objetivo de viabilizar técnicas e saberes específicos afim de responder as necessidades do desenvolvimento econômico ou manutenção de saberes alinhados com a manutenção do status quo. Os argumentos no geral se sustentam numa perspectiva conservadora que a tradição reflete “o que funciona” “a natureza humana” ou mesmo “a elevação da alma”, sendo a função da escola perpetuar esses valores e saberes. O Movimento Escola Sem Partido reduz a escola à instrução e transmissão de técnicas e saberes “neutros”, sendo a “educação” responsabilidade da família. Se estabelece assim restrições para a intervenção do Estado no campo educacional, afetando as metodologias de ensino e restringindo o trabalho docente.

Atrelado a essas questões observa-se que o sistema de avaliação escolar, ou seja, o mecanismo que verifica se os objetivos foram alcançados, tem se focado na

massificação de teste padronizados, com finalidades comparativas e inclusive sendo referências para definir metas e prioridades do sistema escolar. A Secretaria de Educação do Distrito Federal tem usado o IDEB como um dos indicadores para a militarização das escolas públicas da capital, tanto na seleção das escolas, quanto em suas justificativas ao citar o sucesso das escolas militarizadas no Goiás que possuem IDEB elevados. A iniciativa entretanto desconsidera que os bons resultados acadêmicos possivelmente não está atrelado a um modelo pautado na hierarquia e na disciplina, mas possivelmente no investimento em infraestrutura, adequação de metodologias de ensino a resolução de prova, transferência de “alunos problemas” e matrícula de alunos provenientes da classe média (MENDONÇA, 2019).

Identificamos ainda o uso do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), na definição das prioridades educacionais, um indicador sustentado em resultados, e o ENEM como indicador informal de desempenho das escolas privadas. O uso desses indicadores focado em resultados[3] tem alterado o sentido social da escola tanto ao induzir conteúdos e metodologias mais alinhadas com a resolução de provas, quanto na redução de saberes e práticas educativas não verificados em testes massificados. Há ainda intensificação do trabalho docente (YANNOULAS, 2020) e redução da qualidade educacional à boas notas e entrada em universidades concorridas.

No acelerado processo de legalização da Educação usa-se como argumento o uso de testes massificados como mecanismo de controle do Estado afim de verificar se a família está seguindo a base curricular comum e conseguindo cumprir o desempenho mínimo exigido. Observa-se assim que o sistema de avaliação também se tornou um mecanismo necessário na transferência de responsabilidade na oferta de serviços educacionais a esfera privada e da família.

4 CONCLUSÃO

[3] É interessante mencionar que consideramos essencial mecanismos de controle dos resultados e metas afim de criar novas estratégias e prognósticos, é necessário, entretanto, refletir sobre o ênfase nos resultados e não nos processos como parâmetro de avaliação da política educacional brasileira.

Este artigo buscou identificar as expressões da Nova Direita na política educacional brasileira. Buscou-se também definir a Nova Direita como uma corrente política-ideológica resultado de transformações e adequações do pensamento liberal e conservador às conjunturas sócio históricas. Ela se fortalece, no contexto brasileiro, a partir do Golpe de 2016 diante de uma crise de hegemonia e acelerado processo de retomada do poder de setores conservadores na esfera legislativa.

Buscou-se também analisar a influência da Nova Direita na política educacional brasileira por meio de três caminhos que se relacionam: Controle de Conteúdo, Discurso da Meritocracia e o Fracasso Escolar e Controle de Qualidade e Ressignificação da Escola. A partir do que foi levantado, percebe-se na atualidade não é possível tratar do neoliberalismo e do neoconservadorismo de forma isolada, tanto no sentido de compreender o fenômeno em suas diversas camadas como também para pensar em estratégias de reação.

REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019

CORSETTI, Berenice. Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil. **Educação Unisinos**. 23(4): 774-784, outubro-dezembro 2019. Acesso em 23 de maio de 2021. 2020. Disponível em:http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.234.11/60747441

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila. A procura da igualdade: dez anos de políticas educacionais no Brasil. In SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo, SP: Boitempo. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/10_ANOS_GOVERNOS.pdf

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LIMA, Iana G. de; HYPOLITO, Álvaro. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022019000100567&script=sci_arttext

MELO, Adriana A. Sales**. A mundialização da educação.** Consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Maceió: Edufal, 2004. http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253166

MENDONÇA, Erasto Fortes. Militarização de escolas públicas no DF: uma gestão democrática sob ameaça. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. vol. 35, n.3, 2019

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.

PENNA, Fernando. Programa "Escola Sem Partido": Uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X,2016. Disponível em: < https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2016/07/programa-escolasem-partido-uma-ameac3a7a-c3a0-educac3a7c3a3o-emancipadora.pdf>

PEREIRA, Camila. **Proteção social no Capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PINELLI, Laís. Aproximações sobre as relações contraditórias entre gestão democrática e militarização das escolas públicas do distrito federal. In. **III Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: Para onde vai a educação? Crise do capital, conservadorismo e desafios à democracia na América Latina (200 anos de Friedrich Engels**. Niterói. 2020

SOLANO, Esther. **Crise da democracia e extremismos de direita**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2018

YANNOULAS, Silvia Cristina. Restauración Conservadora y Educación. In: **Conversatorio: "Restauración Conservadora y Educación en Argentina y Brasil"** 2019, Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales de la UBA, 2019.

YANNOULAS, Silvia C. (org.). **Política Social e Desigualdades**: A Educação em Destaque. Curitiba: Editora Appris, 2020